



Federação Nacional dos Médicos

SAÚDE - Um Bem e um Direito que importa ver discutido

O Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos reunido em Coimbra no dia 19 de Setembro, em véspera de início da campanha eleitoral, analisou vários temas relacionados com a organização e funcionamento do sistema de saúde, em particular o SNS, em forma de balanço do ciclo governativo que agora termina.

Quase todos os inquéritos e estudos de opinião têm demonstrado que o tema da saúde é sistematicamente identificado como uma das maiores preocupações dos cidadãos, o que se compreende em função do envelhecimento e empobrecimento da população portuguesa e da profunda crise em que o nosso SNS tem vindo a ser envolvido.

Nesse sentido a FNAM manifesta a sua profunda estranheza pelo facto deste tema, estruturante para um estado de direito e prospectivo para o bem estar dos cidadãos, tenha estado até agora arredado do debate eleitoral.

No início deste mês, endereçámos a todos os partidos políticos, e em jeito de desafio, um conjunto de perguntas que entendemos da maior utilidade ver abordadas e discutidas no actual momento.

Esperamos que as próximas duas semanas venham a testemunhar a reflexão e resposta dos partidos políticos relativamente a este assunto e desafio.

Coimbra, 19 de Setembro de 2015

A Comissão Executiva da FNAM

Em anexo: Perguntas aos Partidos



Federação Nacional dos Médicos

Perguntas aos Partidos

1. FINANCIAMENTO DO SNS

De acordo com a OCDE a despesa pública com a saúde em Portugal é de 5,9% do PIB e a despesa *out-of-pocket* atinge 37%.

1.1. Consideram que há condições para aumentar as verbas afectas ao SNS (OE) na próxima legislatura? Na afirmativa, como tencionam fazê-lo? (ex: aumentar os impostos? aumentar as taxas moderadoras? co-pagamentos? outras opções?)

1.2. Existe na sociedade uma ideia muito enraizada segundo a qual temos muito desperdício e fraude. Se concordam, será que poderemos fazer mais com o mesmo dinheiro? Exemplos de medidas?

1.3. Como entendem estar comparativamente distribuído o financiamento através dos hospitais e cuidados de saúde primários? É adequado ou necessita de modificações substantivas? Quais?

2. SEPARAÇÃO DE SECTORES

A separação de sectores na saúde é um tema recorrente e antigo nos debates sobre o sistema de saúde.

2.1. Consideram que este é um problema de base ou, pelo contrário, entendem que se trata de um não-problema ou de um problema facilmente contornável?

2.2. Na afirmativa, que medidas deverão ser tomadas para que ocorra uma progressiva e definitiva separação do sector público (SNS) e privado?

2.3. A lei de bases da saúde estabelece que o sector privado e social devem ser complementares do SNS e não concorrenciais. Que medidas tomar para fazer cumprir com rigor este preceito? Ou a solução será mudar o texto constitucional logo que possível?

3. SUBSISTEMAS DE SAÚDE E FINANCIAMENTO

Nesta legislatura, os subsistemas públicos, ADSE entre outros, transitaram para a tutela do Ministério da Saúde que passou a exercer a sua gestão.

Concordam com a medida? Como veem o futuro dos subsistemas públicos? Devem ser reforçados ou extintos / transferidos para o SNS?

A manterem-se, e uma vez que são efectivas mútuas, qual o papel que entendem dever estar reservado aos respectivos subscritores na sua gestão?

4. PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO

Que posição assumem perante as Parcerias Público Privadas (PPP) na Saúde? São para incentivar, devem ser mantidas até à resolução dos respetivos contratos ou devem ser desde já denunciadas e revistas?



Federação Nacional dos Médicos

5. REFORMA DOS CSP

5.1. Consideram que o modelo USF tem provas dadas e é nele que se deve continuar a investir, alargando o número de USF de modelo B, ou que há outras alternativas mais custo-eficientes? Se sim, quais?

5.2. Os ACeS devem continuar com o seu actual modelo de organização e funcionamento através de unidades funcionais e com a actual dimensão?

5.3. Os ACeS devem continuar na dependência total das ARS, sem contrato-programa e outros aspectos previstos na lei em vigor?

6. REFORMA HOSPITALAR

6.1. A dita reforma hospitalar está por fazer. Concorde? Se sim, o que propõem fazer no 1º ano de Governo para reestruturar a gestão hospitalar?

6.2. Acham prioritário que o Director Clínico de um hospital seja eleito pelos médicos com um contrato-programa público?

6.3. Concorde com os princípios do modelo de gestão e financiamento dos Centros de Responsabilidade Integrados?

7. PAPEL DAS AUTARQUIAS

Qual deverá ser o papel das autarquias nos CSP?

8. RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DE DIRIGENTES / GESTORES EM SAÚDE

O Governo agora cessante criou uma comissão (CReSAP) encarregue de assegurar

com transparência, isenção, rigor e independência as funções de recrutamento e seleção de candidatos para os cargos de direcção superior da Administração Pública e de avaliar o mérito dos candidatos a gestores públicos.

Um facto sobressai da actuação desta comissão. De cada procedimento concursal apenas é tornada pública a constituição da *shortlist* enviada para o respectivo ministro. Todo o processo é oculto – lista de candidatos, CV, votação do júri, resultado final.

8.1. Que análise e conclusões tiram a propósito da criação desta comissão e do desempenho da mesma relativamente aos propósitos publicamente enunciados?

8.2. A que regras entendem devam estar submetidos os processos de recrutamento e selecção para cargos de direcção superior e intermédia da Saúde?

A Comissão Executiva da FNAM

31-08-2015